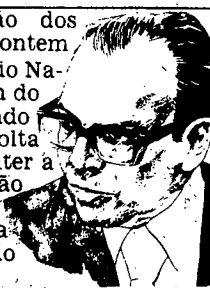


AS DECISÕES PARA 84

302 O fim do paternalismo na economia?

Essa é a consequência da drástica redução dos subsídios, decidida pelo CMN, segundo Camilo Pena. E Pastore garante: a inflação deste ano não se repetirá.

A drástica redução dos subsídios, aprovada ontem pelo Conselho Monetário Nacional, representa o fim do paternalismo do Estado sobre a economia e a volta à realidade para combater a inflação, segundo opinião manifestada ontem em Brasília pelo ministro da Indústria e do Comércio Camilo Pena.



O ministro do Interior, o "presidenciável" Mário Andreazza, também acha isto: a austeridade é inevitável para organizar a economia, com menos paternalismo. A existência de menos favorecimentos, disse Andreazza, permitirá a prática de preços reais, e os produtores utilizarão recursos de forma menos esbanjadora.

Já o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, declarou que a inflação deste ano "foi horrível e nunca mais será repetida". Absorvidas a maxidesvalorização cambial de fevereiro último, a adoção de "preços realistas" para os derivados de petróleo, a alta dos preços agrícolas e a retirada quase total dos subsídios ao trigo, a política monetária terá maior eficácia em 1984 para a redução da inflação e dos juros.

Este ano, segundo o presidente do Banco Central, a economia viveu "acidentes absurdos e heróicas medidas corretivas" e, se não fosse a alta devastadora de 350% dos preços agrícolas, a inflação não teria passado de 150%. Além disso, a inflação de novembro e dezembro anualizada não passa de 160 a 165%: "Então, o País já deixou de conviver com inflação de 210%".

Como fatores de baixa dos juros, Pastore apontou a contenção do crescimento da dívida pública, com o resgate líquido de Cr\$ 1 trilhão em 1984 de papéis da União, a redução do déficit público para ampliar a oferta de crédito ao setor privado, a transferência de recursos fiscais de Cr\$ 5,8 trilhões para o orçamento monetário como forma de evitar o uso de outros instrumentos de contração da liquidez, e correção monetária ao nível da inflação para estimular a expansão da poupança interna.

O presidente do Banco Central explicou que a redução da taxa de expansão anual da base monetária (emissão primária de moeda) ocorrerá em 1984, "primordialmente", com o repasse de recursos do orçamento da União e, em consequência, o open market não pressionará os juros bancários; o crescimento da poupança estimulará a concorrência no mercado financeiro, o que permitirá a redução dos spreads (margens de lucro) dos bancos.

O CMN não definiu qualquer postura em relação ao tabelamento dos juros bancários, teoricamente

vigente desde julho. O presidente do Banco Central deu a entender que caberá ao próprio mercado revogar, na prática, a medida, através da adoção de taxas semelhantes às tabeladas. "Quando todo o mercado operar livremente com juros reais de 20 a 24% ao ano, acima da correção monetária, o tabelamento está revogado", observou Pastore.

Por sua vez, o ex-ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bulhões, disse que também acredita que a inflação começará a cair. Mas repetiu, que, se dependesse dele, seria mais radical e imprimiria um ritmo maior à queda inflacionária. Insistiu em que isso não provocaria mais recessão. Ao contrário, apressaria a volta do crescimento econômico.

O secretário-geral do Ministério do Planejamento, José Flávio Pécora, afirmou que "o cenário visível hoje nos dá a convicção de que o País poderá iniciar um processo de recuperação a partir de meados do próximo ano".

Exportações

O diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) Carlos Viacava, assegurou que a retirada parcial dos subsídios à exportação não compromete a meta dos US\$ 9 bilhões de superávit comercial em 1984.

O principal fator para que este objetivo seja atingido é, segundo Viacava, a safra agrícola. O maior volume de financiamentos, com uma expansão prevista de 74,2%, vai compensar, em parte, a redução dos subsídios.

O chefe da Assessoria Econômica do Planejamento, Akihiro Ikeda, também acha que as exportações não sofrerão com a diminuição dos subsídios, pois o custo de exportação não é afetado pelo índice geral de preços, mas sim pelo custo industrial e, neste ponto, os manufaturados continuam competitivos. Quanto aos produtos agrícolas, o Brasil também tem condições de competir em condições de igualdade com os outros países, afirmou Ikeda.

Admitiu que a defasagem entre o cruzeiro e as moedas européias e o iene japonês decorrentes da supervalorização do dólar poderá prejudicar "um pouco" as exportações.

Indagado sobre o que o governo fará para compensar esta defasagem, Ikeda disse que por enquanto as exportações de manufaturados estão competitivas devido ao crédito-prêmio, o mesmo acontecendo com as exportações dos produtos primários. O ministro Delfim Neto acrescentou que a compensação já está sendo feita, mas não disse como e afastou a hipótese de mais uma maxidesvalorização.